



CONTROLE OPERÁRIO, PODER POPULAR E DITADURA TARDIA EM VOLTA REDONDA (1984 – 1990)

MARCOS AURÉLIO RAMALHO GANDRA^{1*}

Este artigo é resultado de pesquisa ainda em fase inicial, cujo objetivo é demonstrar que a ocorrência de fortes eventos de repressão militar, oficiais e clandestinos, sobre os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e moradores da cidade de Volta Redonda – RJ, no período de encerramento da Ditadura Civil-militar (1964-1985), e após o fim desta, configuraria uma experiência de "Ditadura tardia" (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE "Dom Waldyr Calheiros" – Relatório Final, 2015: 575), dado o patamar da luta de classes no recorte espacial pesquisado. As ações repressivas foram executadas pelo Exército, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Civil e Assessoria de Segurança e Informações da CSN (ASI), espécie de unidade de investigação e espionagem, que atuava como uma "polícia política" nos moldes da estrutura dos DOI-CODI's, presente nas empresas estatais.

Quando nos referimos a eventos de repressão militar, oficiais e clandestinos, queremos dizer: a existência tardia da polícia política da empresa; a infiltração de agentes nos movimentos sociais; as invasões do Exército à CSN e cidade em diferentes ocasiões, com destaque para 1988 quando o Exército matou três operários e mesmo assim foi derrotado; ação terrorista como a explosão do Memorial 9 de Novembro, projetado por Oscar Niemeyer, homenageando os três operários; a morte em condições suspeitas do prefeito da cidade, Juarez Antunes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e deputado constituinte; a morte de Charles Fabiano, testemunha-chave no processo sobre a explosão do Memorial; o sumiço da documentação de CPI da ALERJ sobre o mesmo ato terrorista; o incêndio no auditório do Colégio Estadual Santos Dumont enquanto o Exército invadia a cidade; etc.

O discurso oficial, replicado pelos grandes meios de comunicação à época, era de que nesta localidade fez-se necessária a violenta ação do Exército, em 1988, porque lá estariam sendo gestadas supostas organizações "revolucionárias de extrema esquerda" que poriam em risco o patrimônio nacional, leia-se CSN, e principalmente o processo de redemocratização do país. Sob o discurso da proteção à democracia, o país assistiu estarecido a uma das mais brutais ações do Exército contra uma população desarmada, que mesmo assim, como veremos, conseguiu desmoralizar a ação repressiva. O impacto nacional desta escaramuça, com influência no processo eleitoral daquele ano, e a inauguração no seguinte ano de 1989 do

1 Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH – UFF); doutorando.



Memorial em homenagem aos três operários mortos, podem ter sido lidos como uma afronta por parte dos remanescentes da engrenagem repressiva da Ditadura Civil-militar, ainda muito presentes na vida política do país.

Faz-se necessária uma rápida apreciação sobre a formação da classe trabalhadora dos metalúrgicos da CSN. A construção desta empresa, no contexto da Ditadura do Estado Novo, subordinava-se às tentativas de articular as várias frações de capital na constituição de uma base produtiva interna, encarada como garantia de independência econômica e, portanto, condição indispensável à independência política. Podemos entender que a estrutura industrial brasileira, muito resumida ao setor de bens de consumo, sofria uma política que visava implantar o setor de bens de produção “como meio de garantir ao incipiente capitalismo brasileiro alguma capacidade de autodeterminação”. (MENDONÇA, 1986: 25). Fez-se uma “modernização conservadora”, já que mesmo levando-se em conta as disputas e divergências entre frações da classe dominante e dirigente, houve modernização, mas sem deixar de preservar o caráter conservador do sistema político. O Estado brasileiro, ao contrário do “livre” jogo do mercado, regulamentava os fatores produtivos para favorecer a acumulação capitalista industrial, e o fazia também com a implantação de uma legislação sindical e trabalhista.

A ditadura do Estado-Novo, implantada em 1937, intensificou a repressão política assim como a estruturação econômica. A política varguista, para além desta estruturação, incluía um projeto de legislação trabalhista, a normatização do mercado de trabalho e o cerceamento ao movimento dos trabalhadores, tentando, portanto, dar conta das decisões das políticas que o Estado iria adotar, pelas “Comissões Técnicas”, formadas por militares, técnicos e engenheiros. Mas, seguindo a cronologia, pode-se afirmar que, na passagem para os anos 40, o Brasil continuava com o “problema siderúrgico”: as empresas nacionais e/ou aqui instaladas estavam longe de suprir o que era considerado suficiente.

Em um contexto de guerra imperialista entre os Estados Unidos e a Alemanha nazista, disputando a influência sobre o Brasil, cabe ressaltar que a preocupação com a “segurança nacional” informou o esforço industrializante, embora não houvesse necessariamente por parte das lideranças militares no Brasil, a preocupação ou proposta de se prover o país de uma indústria de base.

Com essas determinações, foi necessário construir não apenas uma usina siderúrgica, mas uma cidade para atendê-la, em um projeto que pode ser definido como de uma “*company-town*”, para fixar a força de trabalho, concedendo moradia, ao mesmo tempo em que buscava-se discipliná-la, inclusive no âmbito privado.

A dominação da empresa sobre os trabalhadores ia para além da esfera de produção,



interferindo no comportamento dos operários. A CSN policiava o acampamento das obras e posteriormente os bairros operários, atuando até em brigas de vizinhos; fornecia assistência médico-odontológica; cuidava dos serviços urbanos em geral; fornecia treinamento específico para o trabalho na fábrica e/ou na Escola Técnica Pandiá Calógeras, de sua propriedade. A repressão era o lado mais visível da política da companhia, em paralelo à prática assistencialista que visava o fortalecimento da ideologia da "CSN-mãe".

Em relação às moradias fornecidas pela empresa, o aluguel era deduzido diretamente dos salários e o valor era inferior aos do mercado imobiliário. O padrão de construção das casas e sua localização reproduziam a hierarquia presente no interior da empresa: o luxuoso Hotel Bela Vista, de quatro estrelas, por exigência dos técnicos e engenheiros estadunidenses; casas também luxuosas para os diretores no Bairro Laranjal; boas casas para engenheiros e técnicos nos bairros Bela Vista e Vila Santa Cecília; pequenas e geminadas casas ou “balancinhos” (dois andares) nos bairros Sessenta e Conforto para os operários de menor qualificação. Porém, os sete tipos de casas não foram suficientes, e a partir da década de 60 muitos operários e imigrantes foram residir na “cidade velha”, ou “do lado de lá do Paraíba”, região hoje conhecida como o bairro Retiro e adjacências (por sinal o maior da cidade). Esta parte, que não foi fruto do planejamento urbanístico, mais desprovida de recursos/serviços urbanos, sofre a agravante da poluição atmosférica, já que o regime de ventos predomina em direção àquela região.

A concessão das moradias contribuiu muito para alimentar a imagem da “CSN-mãe” no mundo do trabalho que ali se formava, e à inexperiência e heterogeneidade étnico-cultural da força de trabalho a empresa respondia com rigidez disciplinar na lógica do Estado tutor da sociedade. Portanto, para pertencer à “família siderúrgica” era necessário, além de um verdadeiro ritual de admissão (aprendizado do novo no próprio ambiente de trabalho), ter consciência de seus deveres e se adequar aos padrões de industrialização exigidos pelo Estado. Isto, no limite, se assemelhava a servir às Forças Armadas, imposição ideológica que se legitimava no período de guerra. Podemos dizer então que o início das operações na CSN se deu com uma concepção militarizada e militarizante do trabalho.

Outro fato, que era a estabilidade no emprego na recém-criada estatal, trabalhada ideologicamente como uma suposta “cidadania diferenciada”, somado à noção da CSN-mãe citada acima, nos permite afirmar que seria um prolongamento da idéia do Estado Vargasista “pai dos pobres”, visão que “camuflava” a exploração, a extração de mais-valia, sofrida na siderúrgica.

A incipiente experiência democrática brasileira foi derrotada por um golpe, e em outras partes do mundo sangrentas lutas de descolonização demonstravam o caráter repressor da

ordem capitalista. O modelo implantado pelo Estado brasileiro na CSN foi o de "política de proteção social" (BEDÊ, 2010: 100), que já apresentava dificuldades na década de 50, pois ele se configurava numa contradição: a empresa era um instrumento da política econômica do governo e ao mesmo tempo fator de capitalização da iniciativa privada, o que implicou em desequilíbrio financeiro. Novas "racionalizações" capitalistas foram impostas a partir da década de 60, e mesmo assim o problema se mostraria grave nos anos 80. Também nos anos 60, mais especificamente no ano de 1968, os salários dos operários da CSN, que eram melhores que os das empresas privadas, também foram arrojados, evidência daquilo a que se propunha a Ditadura Civil-militar.

A consciência de ser um arigó² acabou por homogeneizar o universo cultural destes primeiros operários. Importante registrar que no ano de 1962 a empresa passou por uma política de modernização conhecida como "Plano de Expansão D", que visava: a racionalização capitalista do sistema administrativo da empresa; alterações na composição da força de trabalho, criando a divisão entre trabalhadores estratégicos e periféricos; e a redução do número de empregados. A piora das condições de trabalho, a permanência do despotismo da gerência e a diferenciação estabelecida entre os trabalhadores fizeram a situação tornar-se mais conflituosa.

Durante a Ditadura Civil-militar, registrando que em função da brutal repressão e da continuidade dos mecanismos de coerção da estrutura sindical, muitos sindicatos tornaram-se agências de prestação de serviços, espaços propícios para a proliferação de "pelegos", com atuação que fechava os espaços para o enfrentamento de classe. A autocrática "revolução burguesa" perpetrada pela Ditadura promoveu as transformações nas estruturas institucionais e jurídicas para elevar o padrão de acumulação e de concentração econômica no subordinado capitalismo brasileiro.

O debate sobre a transição "lenta, gradual e segura", ou seja, a redemocratização sob controle dos ditadores, é contemplado nas formulações que nomeiam o novo regime como uma "democracia tutelada", a saber aquela que "é uma situação de equilíbrio instável [...] numa aliança tácita: os militares não tentam dar um golpe de Estado e defendem o *status quo*, se os civis garantirem a intocabilidade da autonomia militar dentro do aparelho de Estado" (ZAVERUCHA, 1994: 11).

Com o Sindicato dos Metalúrgicos a partir de 1983 sob a liderança do movimento então denominado como "Novo Sindicalismo", e diante de prerrogativas técnicas (complexidade e altíssimo custo dos equipamentos), ficou claro para o movimento sindical que para fazer uma

2 Diz-se do pássaro de "arribação", que vai e não volta mais, como os primeiros operários que vieram para a cidade oriundos de outras regiões, em especial de Minas Gerais.



greve na CSN havia a necessidade de ocupar a usina a fim de manter os equipamentos essenciais em funcionamento, em esquemas de revezamento controlados pelo comando de greve. Eliminava-se assim o risco da acusação ao movimento sindical de negligência.

Outro fator seria de ordem tática: devido ao gigantismo da instalação industrial, que corta a cidade quase de uma extremidade a outra, é muito difícil garantir uma paralisação impedindo a entrada de operários, ou os tradicionais piquetes. Pois a ação da empresa, de buscar pessoas em casa ou utilizar o aparato repressivo, era facilitada em função das muitas entradas (chamadas de buracos) para além das quatro oficiais.

A força das paralisações residiria então no fazer-se de dentro para fora, pois no interior da usina os operários faziam o “arrastão”, caminhando de área em área para convencer os companheiros a pararem de trabalhar. A cada setor paralisado aumentava o número de operários nos “arrastões”, o que encorajava os que ainda trabalhavam a aderirem e intimidava as chefias da empresa. Mas lembremos, a suposta “primeira” greve foi em 1984: sem experiência, e nos estertores da Ditadura.

Volta Redonda era Área de Segurança Nacional, sob o argumento de que a siderurgia era estratégica para o país, e nem prefeito esta população podia eleger. A presença e tutela militar não se davam apenas pela proximidade com a cidade de Resende, sede da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Em Barra Mansa, cidade vizinha, foi instalado um Batalhão do Exército, para “segurança nacional”, e vários oficiais ganhavam casas da CSN para residirem em Volta Redonda, para “estreitarem” os laços com a chefia.

Para romper com o medo, a inexperiência e as ameaças militares, era necessário muito mais que uma direção sindical reconhecida pela categoria metalúrgica. Não bastavam as relativamente favoráveis conjunturas política (“abertura”) e econômica (crise do “milagre”, recessão, arrocho salarial). Aliás, a combativa direção, eleita em 1983, era fruto do mesmo processo que venceu os receios e fez a histórica greve de 1984 na CSN: a organização pela base, nos locais de trabalho, através das Comissões de Fábrica. Responsáveis diretas, entre outros fatores, pela derrota do peleguismo, estas comissões atuavam em sintonia com a direção do Sindicato, agora reconhecida como “combativa” pela ampla maioria do operariado.

Cumprе afirmar então que os trabalhadores da CSN controlavam a empresa nos momentos de greve, a despeito das chefias (quando não conseguiam seu apoio), determinando o cuidado com os equipamentos, o revezamento nos setores essenciais, a continuidade da alimentação, etc. E nos momentos que não eram de confronto imprimiam uma dinâmica de enfrentamento, denúncia e negociação com a direção da empresa, acostumada até então a se beneficiar do despotismo das chefias. As comissões de fábrica, portanto, atuavam desde os



problemas cotidianos dos operários (qualidade dos vestiários, da alimentação servida, das condições inseguras, do autoritarismo, etc.) até as questões de toda a categoria ou as questões nacionais (greves gerais, por exemplo). Portanto, desde 1984, e em movimento crescente, experimentou-se o controle operário sobre a CSN durante algumas greves.

Mas em uma categoria que, após 1964, nunca havia feito greve, numa Área de Segurança Nacional ainda na Ditadura civil-militar, fazia-se necessário o apoio extrafabril, para garantir a força da paralisação. Para tanto foi necessária a imbricação do movimento sindical com os outros movimentos sociais organizados da cidade. A quebra de tal receio apoiou-se também no exemplo dos operários das empreiteiras, que em condições muito piores fizeram heróica greve em 1979, contra suas péssimas condições de trabalho, alimentação e discriminação sofrida no interior da usina, tratados como se fossem um “terceiro nível” de operários.

Embora a capacidade organizativa das comissões de fábrica fosse menor do que se desejasse, pois elas ainda eram poucas e devido à repressão do regime, clandestinas, não podendo fazer trabalho de agitação e propaganda abertamente, não diminuimos sua importância na organização da greve de 1984, como provam a rapidez em paralisar tão grande unidade industrial e algumas das táticas utilizadas. O que queremos dizer é que os dois trabalhos se somavam, das comissões e do “movimento popular” da cidade.

Na greve geral de 20 de agosto de 1987, que fracassou no país, mas foi forte em Volta Redonda, a repressão foi extrema: escaramuças com soldados, na usina e na cidade, demissão de ativistas sindicais, das Comissões de Fábrica ou não, e até de “cipistas” (membros eleitos da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - que tinham estabilidade), proibição de diretores do sindicato entrarem na usina, desmantelamento da greve. Mas o que explicaria, apesar da dura repressão, com a quebra de parte da organização dos operários, imposta pela CSN, que um ano depois os trabalhadores fizessem uma greve que, informada pelos acontecimentos nacionais, também ajudou a determinar a conjuntura política brasileira? Lembramos que a demissão de ativistas, cipistas e diretores gerou um efeito colateral (na perspectiva da empresa), que foi a luta pela readmissão. Fortalecida pela determinação aprovada na nova Constituição, tornou-se um dos pontos nevrálgicos para a eclosão da greve de 1988, quando o Exército invadiu a cidade e a usina e matou três operários.

As mortes de William, Walmir e Barroso não significaram a derrota dos grevistas, pelo contrário, fortaleceram o movimento. A própria deflagração da greve foi resultado da pressão da massa operária, contra a direção do Sindicato. Esta massa, dirigida pelos ativistas das comissões de fábrica, cobrava itens não cumpridos pela CSN e as conquistas da Constituição



de 1988, como a readmissão de demitidos em greves e o turno de seis horas. Exigiram a greve porque tinham plena consciência de sua força de mobilização, mesmo em caso de ação do Exército. Mais, esta massa considerava-se preparada para enfrentar os militares. Não se tratava de táticas de guerrilha, como governo e parte da mídia fizeram parecer, mas do firme propósito de permanecer no interior da CSN, ocupando-a para proteger os equipamentos. Ocupação que era a espinha dorsal da força da paralisação.

Havia então um acúmulo político-organizacional, entre os operários e entre os movimentos sociais que os apoiavam, que permitia dar um passo mais arriscado, sujeito a forte repressão. Para fazer um enfrentamento de tamanha envergadura, este acúmulo e as comissões de fábrica - que clandestinamente mantiveram a organização sindical no interior da usina, mesmo após as demissões de ativistas e “cipistas” e a proibição da entrada da direção do Sindicato na usina - conseguiram dar segurança e preparar milhares de operários, fortalecidos também pelo trabalho em conjunto com a direção do Sindicato.

Cientes do apoio dos outros movimentos sociais os trabalhadores da CSN exerceram novamente o controle operário sobre a CSN, como demonstram os casos de montagem de equipes, controladas pelo Sindicato, para manter o funcionamento de áreas vitais da siderurgia. Isto se verificou em 1988, mas também em 1990, quando foi necessário sustentar 31 dias de greve, impasse que chegou a situação-limite dos operários trabalharem em regime de revezamento, durante trinta e seis horas, para salvar os altos-fornos da empresa. A direção da CSN, não apostando na durabilidade da greve, irresponsavelmente (como em 1988) mandou abafar os fornos. O trabalho de recuperação dos equipamentos (e de evitar prejuízo aos cofres públicos), vale lembrar foi feito por operários que só podiam entrar juntos para a “missão” em ônibus cedidos pela empresa, conforme exigência da assembleia, em caráter permanente.

Fazemos aqui um parêntese relacionado à implantação dos projetos neoliberais pelo mundo. Mesmo reconhecendo que o "laboratório chileno", sob o terror da ditadura de Pinochet, seja o precursor da implantação de tais projetos, e que os "liberais" brasileiros do regime ditatorial tenham tentado dilapidar o patrimônio estatal, condição para a posterior aceitação social deste corolário, sua imposição e/ou aceitação deu-se paradigmaticamente a partir dos governos Thatcher, na Inglaterra de 1979, e de Reagan nos EUA de 1980, e dali para a Europa continental, combatendo os pressupostos do keynesianismo e a conformação dos modelos de proteção social.

Apesar do discurso ideologizado dos próceres deste pensamento, de que deve-se operar a redução do Estado, visto como o responsável pela ineficiência, burocratização e impedimento à acumulação necessária para o desenvolvimento capitalista, na verdade o Estado



deve ser forte. Forte para proteger a propriedade privada e as relações de produção; para reduzir o que se "gasta" com políticas sociais; para manter, mesmo que gerando um "estado de mal estar", artificiais estabilidade monetária e disciplina orçamentária. E, como até empiricamente já se verificou, um Estado forte para quebrar o poder de resistência dos sindicatos, operação viabilizada com a "restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos" (ANDERSON, 1995: 11). E este processo, pretendemos demonstrar, ocorreu na região pesquisada, com a agravante da experiência de "Ditadura tardia".

Retornando, destruir a força das comissões de fábrica era questão fundamental para se obter a privatização da CSN, o que era caro, simbolicamente, para a implantação do neoliberalismo no Brasil. As demissões, em cifra de milhares, foram precisas no corte de cabeças de ativistas das comissões. E ao mesmo tempo em que se quebrava a espinha dorsal do movimento sindical, que se impossibilitava o controle operário, implantavam-se os novos modelos de gestão da força de trabalho, a reestruturação produtiva.

Partindo do princípio que a greve de novembro de 1988 tornou-se um acontecimento nacional, a solução seria nacional. Mas observemos reflexões que se colocam sobre o exercício do poder na cidade em conflito aberto com a institucionalidade.

Antes mesmo da vitória da Oposição Sindical em 1983, já se procedia a uma certa mistura dos movimentos sociais na cidade. A Oposição contava com espaços cedidos pela Igreja Católica. Os sindicatos dos trabalhadores da construção civil e dos professores já estavam em franco processo de organização e enfrentamento em suas frentes de atuação, e apoiavam a iniciativa da Oposição Sindical dos metalúrgicos. As associações de moradores também participavam desta retomada das lutas, processo visível no país e inserido nas lutas contra a carestia. Funcionários públicos e estudantes também se organizavam na "Cidade do Aço". As discussões sobre a formação da CUT e do PT e PDT também se fizeram presentes na região.

Apesar da riqueza econômica produzida na cidade, Volta Redonda ainda era relativamente pequena, ainda não se enquadrava nos padrões de cidade média do Brasil, como hoje. O que facilitava o contato entre os habitantes, especialmente entre aqueles que se dedicavam a alguma atividade política, ou mais de uma. Formava-se uma rede de movimentos sociais e religiosos (das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's da Igreja Católica).

Nos bairros mais mobilizados, as associações de moradores e as missas católicas, ou a mistura destas, incentivavam a população local a fornecer mantimentos e irem para as entradas da usina, onde em acampamentos improvisados fazia-se comida para os grevistas e apoiadores (às vezes até para os soldados que estavam ali para reprimir, como na greve de 1984) com a



participação de outros movimentos, como o estudantil. Esta socialização produzia um ambiente de profícua discussão política, não só sobre a greve, mas sobre a conjuntura nacional.

Apesar de problemas de divisão na direção do Sindicato após a greve de 1984, é fato que o processo de imbricação com os outros movimentos sociais já estava iniciado. A ponto de em alguns momentos até tensionarem a direção do Sindicato dos Metalúrgicos no sentido do enfrentamento com as forças da repressão, mas geralmente prestavam apoio incondicional aos metalúrgicos.

Outras frentes de luta que se destacaram, além dos metalúrgicos, professores, estudantes e associações de moradores foram: o Movimento de Posseiros, que liderou várias ocupações de áreas públicas que hoje são bairros bastante povoados; greves do funcionalismo público; passeatas pela redução do preço das passagens de ônibus; defesa dos leucopênicos (de leucopenia, espécie de câncer resultante do trabalho na coqueria da CSN); coleta de assinaturas de emendas populares à Constituinte; mutuários; demitidos da CSN; construção civil; aposentados; grupos de teatro; etc. Em contrapartida ao apoio que os metalúrgicos recebiam, em todos os movimentos o Sindicato dos Metalúrgicos emprestava sua estrutura material como forma de fortalecê-los.

Quando falamos em “poder popular” tomamos o cuidado de não confundir com experiências que utilizaram tais termos (ou similares) em administrações municipais, principalmente do PT. Não se trata de usar a expressão povo/popular como algo fluido, ou que aceite todas as pessoas sem distinção de classe social. Repetimos que a referência é o popular enquanto classe trabalhadora, ainda subordinada, mas em tensão contínua com os grupos dominantes. Poder popular porque ultrapassou-se a institucionalidade formal da democracia liberal, porque mesmo em momentos de curta duração os destinos da população eram decididos em assembléias massivas, o que pode ter configurado uma dualidade de poderes. Quem governava concretamente, em alguns dias, a cidade?

O fato é que nestes momentos prefeito e vereadores, ordens judiciais e a ação policial, estavam comprometidos (não impedidos) em suas funções, devido à atuação das assembleias, com dezenas de milhares de pessoas que já haviam rompido as barreiras profissionais: todos votavam independente da condição profissional, lideranças de outros movimentos falavam nas assembléias. Projetos de sociedade díspares se percebiam: de um lado o neoliberalismo corria mundo e se anunciava para o Brasil. De outro, segmentos subalternizados da sociedade civil explodiam sua energia represada por tantos anos de autoritarismo, buscando forjar uma sociedade que tivesse o seu rosto.

Aqui reside uma polêmica: a população, enquanto classe trabalhadora, para muito além



dos metalúrgicos, estava preparada para dar continuidade em uma experiência de poder popular?

O fato da greve de 1988 ser encerrada e os metalúrgicos voltarem ao trabalho (e a cidade à normalidade) somente após o Exército deixar a usina e a cidade, é emblemático do controle do movimento sobre a cidade. O Exército, após o dia 09/11/1988, ficou sem função na Usina parada, numa greve sem fura-greves, e impossibilitado, moral e politicamente, de reprimir a população cada vez mais organizada do lado de fora, fruto do acúmulo citado. Em um movimento paralelo ao que ocorria no interior da usina com as comissões de fábrica, as redes de comunicação e atuação dos outros movimentos sociais repetiam o processo da greve de 84, aperfeiçoando-o, dado o acirramento político na cidade e no país, que caminhava para uma hiperinflação. Mas a população organizada partilhava do interesse dos metalúrgicos de resistir à invasão do Exército, de não aceitar a interferência excessiva das forças de repressão. Ela se sentia agredida dentro de sua casa.

A greve não determinou, mas teve influência no resultado eleitoral de 15 de novembro: o PT se elegeu em importantes cidades, como São Paulo. Em Volta Redonda, com a greve fortíssima e sem necessidade de piquetes, arrastões e ocupação, com manifestações gigantescas em reverência aos operários mortos, foi eleito prefeito com 60% dos votos Juarez Antunes, deputado constituinte e maior liderança do “Novo Sindicalismo” na região. E enquanto o Exército nada tinha a fazer no interior da usina, a população se articulava através da “Frente Sindical e Popular 9 de Novembro”, que se propunha a coordenar as ações cada vez mais massivas em apoio aos metalúrgicos, como o exemplo do “Abraço à CSN”. O governo federal, em lugar de negociar e/ou reconhecer o erro da truculência, endureceu o discurso (entulho autoritário), defendendo a privatização da empresa ou seu fechamento. A ação da população foi exemplar, pois mais de sessenta mil pessoas atenderam ao chamado e todo o gigantesco perímetro da usina foi cercado, e com sobras. Mais de quinhentos motoqueiros monitoravam o abraço. Apesar das mortes, e em relação com elas, a greve foi vitoriosa, conquistando o turno de seis horas para todo o país, apesar de já inscrito na nova Constituição.

Como em 1988, durante a greve geral de 14 e 15 de março de 1989, contra o arrocho do Plano Verão de Sarney, a cidade de Volta Redonda paralisou completamente. Por deliberação de grande assembléia unificada dos movimentos sociais, decidiu-se pelo fechamento do comércio e paralisação do transporte. Durante dois dias inteiros manteve-se o decidido nas assembléias, enquanto passeatas e arrastões mantinham o controle sobre a cidade. CSN parada com adesão maciça, o que impedia a ação do Exército. Nos bairros as associações de moradores controlavam a entrada e saída de pessoas para impedir tentativas das empresas de buscar funcionários. Ausência de condições para a repressão, povo na rua, a pé, em passeatas, arrastões,



reuniões ou assembleias.

Ora, para esta greve, por bandeiras nacionais, a organização foi exemplar. Cabe repetir que ela realizou-se após a morte de Juarez Antunes em condições suspenhíssimas. Os eventos em torno à morte do prefeito eleito, com apenas dois meses de governo, demonstram o significado político das lutas travadas em Volta Redonda, dada a presença das principais lideranças políticas do país e a impressionante mobilização popular, de quase cem mil pessoas, a entoar a “Internacional” pelas ruas da cidade em direção ao cemitério municipal.

Mesmo que consideremos que a morte de Juarez teria contribuído para a organização da greve geral, que as versões sobre seu suposto assassinato tenham mobilizado o sentimento de indignação das pessoas, os estertores do governo Sarney possibilitaram a mais ousada ação sindical nacional, uma greve geral de dois dias, significativamente forte nas principais cidades do país.

Em 1990, se por um lado ainda entoava-se o hino da Internacional Socialista, não se pode esquecer a ação terrorista executada pela extrema direita do Exército no atentado ao Memorial 9 de Novembro, no assassinato da testemunha-chave deste atentado, e no sumiço da documentação da CPI da Alerj para averiguar o caso. Em 2015, a Comissão Municipal da Verdade tentou obter tal documentação, sem sucesso. Ainda assim, a greve foi fortíssima, como comprova a elaboração do documento analisando as razões da crise das estatais, com propostas para sua superação, em contraposição à privatização. De forma aprofundada, mas também de forma reduzida, através de cartilhas para a população. A entrega de uma gigantesca chave para a população mobilizada mostrava simbolicamente que o poder a ela pertencia, e só ela teria como resolver os impasses colocados, as ameaças de fechamento da empresa. O acampamento da resistência, como o nome já diz, tentava evitar a destruição da cidade, que se iniciava com as demissões em cifra de milhares. Mas o canto da sereia capitalista já tinha levado parte da direção do Sindicato para a Força Sindical, que defendia a privatização. A CUT nacional, já hegemonizada por um projeto que abandonou o enfrentamento da dureza do capitalismo selvagem no Brasil, optando por estratégias de “concertação” com o capital, não produziu um apoio à altura da dramaticidade da luta de classes em Volta Redonda, contribuindo para seu isolamento. A derrota de Lula e vitória de Collor era o sinal do que estava por vir: a avalanche neoliberal, “atrasada” quase dez anos no Brasil pela força dos movimentos sociais organizados, com o “Novo Sindicalismo” à frente.

Encerramos, portanto, afirmando que Volta Redonda não viveu uma experiência de poder popular, se observarmos experiências históricas como da Comuna de Paris, dos soviets na Rússia e, quiçá, dos conselhos na Itália do biênio vermelho. Não teve uma experiência clara



de dualidade de poderes, que colocasse o rumo da História em indefinição. E nem poderia ser assim, pela sua limitação como apenas uma cidade e pelo fato de não ter se inserido em um processo revolucionário mais amplo. Mas pelo que apresentamos, os movimentos sociais estabeleceram-se como um poder de fato na cidade, em diálogo e em enfrentamento com os poderes institucionais (Prefeitura, Câmara, Fórum, CSN/Governo Federal, Polícia Militar/Governo Estadual), inclusive ganhando a Prefeitura e quase dominando a Câmara de Vereadores.

Quando percebemos sindicatos, movimentos sociais, jornais, igrejas, apesar das divergências, ditando o ritmo de uma cidade, seu funcionamento, colocando a reboque de si as instituições do Estado burguês, percebemos também que, se não houve poder popular, nos moldes clássicos, houve embriões deste poder, porque experimentou-se dualidade de poderes em momentos específicos.

Embriões de poder popular, que muitas lideranças perceberam e defenderam que dali em diante não haveria mais volta: ou se avançava, ou a derrota seria dura. A cidade, apesar e motivada por um processo nacional de “ascenso” das lutas sociais, apontava um caminho significativo, um exemplo perigoso para o bloco histórico no poder: o exemplo da população mobilizada tomar-para-si as decisões que se colocavam naqueles enfrentamentos, e de aprender com este processo. Portanto, viveram-se embriões de poder popular nas greves de 1988, 1989 e 1990, e a burguesia, nacional e associada percebia isto também, e não titubeou na arrancada para a quebra desta experiência.

As embrionárias experiências de poder popular na cidade, na greve de novembro de 1988, na greve geral de 14 e 15 de março de 1989, e na derradeira greve de 1990, não foram suficientes para enfrentar o duro ataque a que a cidade foi submetida. Mesmo assim, em condições políticas nacionais e internacionais bem mais adversas, esta população sustentou 31 dias da fortíssima greve de 90, duramente derrotada: por falta de definição ideológica de lideranças; por inconsistência organizatória; por traições; pela desproporção em relação às forças que vêm no Brasil um ponto estratégico para o capitalismo mundial; por ser uma experiência limitada a uma cidade, sem vínculo com um processo revolucionário mais amplo. Representa simbolicamente o primeiro momento de enfrentamento e derrota das classes subalternizadas no Brasil perante o projeto neoliberal, a exemplo dos mineiros na Inglaterra em 1985, antecedendo em dez anos o movimento paredista dos petroleiros em 1995. E isto passava por privatizar a CSN.

Finalmente, informamos que o trabalho da Comissão Municipal da Verdade “Dom Waldyr Calheiros” (CMV-VR), conseguiu em parceria com o Ministério Público Federal de



Volta Redonda (MPF-VR), fazer com que a CSN permitisse o acesso a seus arquivos que, embora haja legislação para tal desde 2008, a negativa da empresa sempre foi sério impedimento para as pesquisas. As mais de 30 mil caixas analisadas e catalogadas uma a uma pela Comissão (sendo 9 mil consideradas públicas posto que anteriores à privatização) constituem um acervo riquíssimo para todas as variantes de pesquisa sobre diversos temas. O esforço visou também facilitar a possível transferência destes documentos para o Arquivo Nacional, processo ainda sem o desfecho esperado dada a resistência da empresa em cumprir a legislação. O MPF-VR vem tentando fazer com que esta transferência se concretize. Vale lembrar que as famílias dos três operários mortos na invasão do Exército, em 1988, só foram indenizadas pelo Estado em função dos “testemunhos da verdade” colhidos pela CMV-VR em conjunto com a atuação do MPF-VR.

Além das 21 recomendações apontadas no relatório Final da CMV-VR, deve-se destacar a parceria da Comissão Estadual da Verdade (CEV-Rio) e da Universidade Federal Fluminense, *campus* Aterrado, em Volta Redonda (UFF-VR), que veio a constituir o Centro de Memória do Sul Fluminense "Genival Luís da Silva", sendo esta universidade guardiã de todo o material coletado e produzido nos dois anos de trabalho da CMV-VR, bem como doações de particulares.

No que interessa a esta pesquisa, a quinta parte do Relatório Final, que trata das “graves violações de direitos humanos em Volta Redonda na Ditadura Civil-militar tardia (1985-1989)”, aglutina documentos que, apesar de haver suspeitas sobre a omissão de algumas caixas por parte da empresa, podem ajudar a compreender a ferocidade da repressão militar mesmo após o fim “oficial” da Ditadura e/ou da promulgação da Constituição de 1988. Ou seja, além da documentação produzida pelos próprios movimentos e imprensa local e nacional, o material produzido pela empresa e agentes da repressão ajudarão muito para a inteligência das experiências de controle operário da CSN e de “poder popular” sobre a cidade, possibilitando a investigação histórica feita no “contrapelo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTUNES, Juarez. *A explosão da Siderúrgica*. In Revista Ensaio. São Paulo: Ensaio, nº 17-18, 1989.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. *Os sentidos do Trabalho*. s/r. sd. Boitempo.
- _____. *Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- BEDÊ, Edgar D. A. T. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado em Educação, 2007.



- _____ *Formação da classe operária em Volta Redonda*. Volta Redonda: 2010.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITTO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. *Arigó, o pássaro que veio de longe*. Coleção Trabalhadores em Luta, nº 1, Rio de Janeiro: CEDI, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- FONTES, Ângela Maria M. & LAMARÃO, Sérgio Tadeu de N. *Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?* Niterói: Revista Rio de Janeiro. V. 1, n. 4, p. 15-23. set./dez. 1986.
- FONTES, Virgínia. *Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil*. In: Reflexões impertinentes: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Bom Texto.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. *O Novo Sindicalismo em Volta Redonda: greves, relação com os outros movimentos sociais, controle operário e resistência à privatização da CSN*. Niterói: Monografia de Graduação, UFF, 2000.
- _____. *Novo Sindicalismo X Neo-liberalismo: greves, controle operário e luta contra a privatização da CSN*. Niterói: Monografia de Pós-graduação lato sensu, UFF, 2001.
- GIANOTTI, Vito. *A liberdade sindical no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *O que é estrutura sindical?* São Paulo: Brasiliense, 1991.
- GOMES, Ângela M. de Castro Gomes. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GRACIOLLI, Edílson. *Privatização da CSN – Da luta de classes à parceria*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Escritos Políticos*. Vol 1: 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LÊNIN, Vladimir I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.
- LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*. São Paulo: Marco Zero e Universidade de Brasília, 1988.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, 1993.
- MARX, Karl. *Para a crítica da Economia Política*. In: Marx (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1, volumes I e II. São Paulo: Difel, 1985.
- _____. & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. In: COUTINHO, Carlos Nelson [et. al.]. *O Manifesto Comunista – 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson no Brasil*. In: Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 14. São Paulo: 2006.
- _____. (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões de História, UFF, 1998.



- _____. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1998)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. & FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil Recente*. São Paulo: Ática, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- RAMALHO, José Ricardo. *Estado-Patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- _____. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- TRONCA, Ítalo. *O exército e industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: *O Brasil Republicano, v.3: sociedade e política (1930-1964)*. in GOMES, Ângela M. de C. et. al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- VEIGA, Sandra Mayrinck & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o aço e as armas*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.